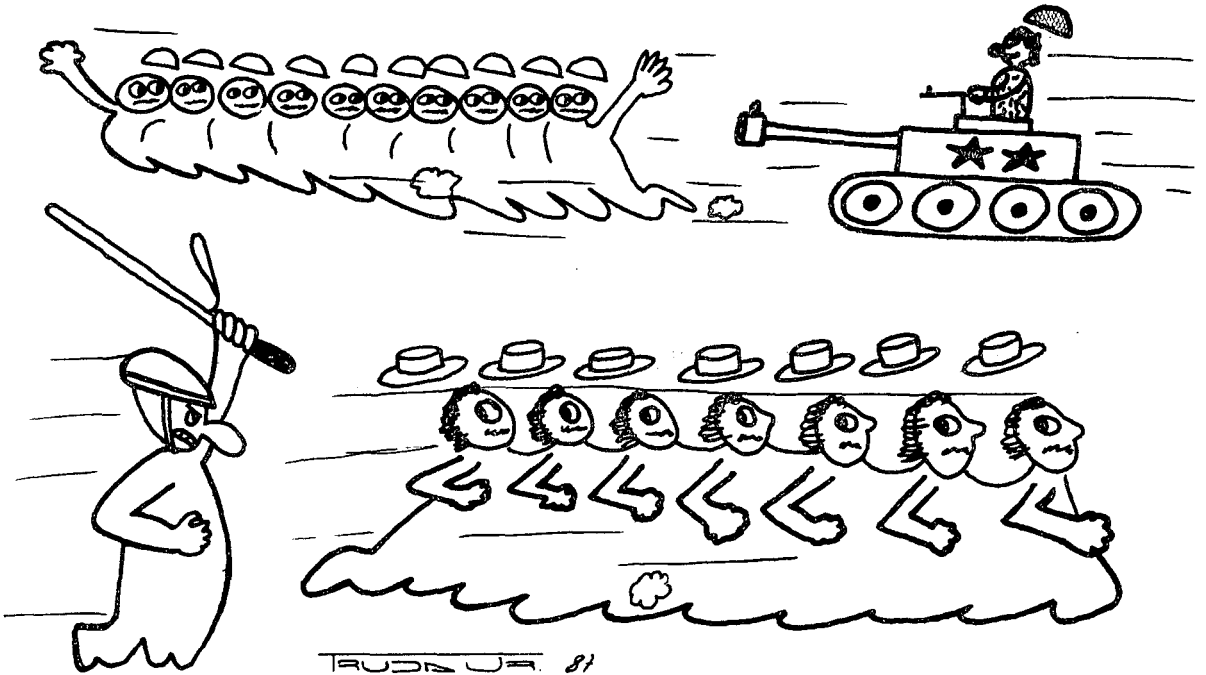


Aconteceu

Exército reprime trabalhadores em greve na Usina de Itaipu



Trabalhadores Rurais

Paralisação rural em Alagoas é reprimida pela PM

Encerrada greve no campo em Pernambuco

Aconteceu

nº 427 - Setembro

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha

Ary da Costa Pinto

Carlos Alberto Correia da
Cunha

Carlos Alberto Ricardo

Heloisa de Souza Martins

Henrique Pereira Junior

Jether Pereira Ramalho
(coordenador)

Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Marcus Vinicius Grod Borges

Neide Estarci

Sérgio Alli

Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor

Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte

ARTE GRAPHICA

Praça Floriano, 55/602

Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

A assinatura anual:

Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio

você recebe de brinde

um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 50 América do Norte: US\$ 65 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

SINDICALISTAS USAM LIVRO COMO ARMA

Depois de pronta a nova Constituição, o lobby dos sindicatos em Brasília editará um livro com o nome, fotografia e partido dos 559 constituintes, revelando a votação de cada um deles em 20 artigos de interesse especial para os trabalhadores. O *Quem foi Quem* na Constituinte - nome escolhido para o livro - terá uma edição de 600 páginas, para venda em bancas, e ao mesmo tempo será dividido em 26 fascículos correspondentes às bancadas dos 24 estados e dois territórios brasileiros. "Nada será esquecido, tudo será registrado", promete o advogado Ulisses Riedel de Resende, diretor do Diap - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, entidade que coordena o lobby trabalhista na Constituinte. Ao mesmo tempo, o *Jornal do Diap* publicará um resumo das mesmas informações do livro em tiragens capazes de atingir, virtualmente, segundo Resende, a todos os 3 mil e 100 sindicatos de trabalhadores urbanos e 2 mil 600 sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil. "O movimento sindical será totalmente informado" sobre o que vai se passar na Constituinte, acrescentou o lobbista. Os sindicatos já prepararam a pauta mínima com a qual esperam exercer sua pressão junto aos constituintes, nesta fase de votação do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização. Ela inclui as reivindicações já conhecidas: estabilidade no emprego, jornada semanal de 40 horas, ampliação da cesta básica para efeito de cálculo do salário mínimo (incluindo itens como lazer, educação, saúde e previdência), modificações no direito de greve, proibição das horas extras, etc... Propositadamente, segundo Resende, o Diap deixou de lado os itens políticos ou econômicos, já que

nestes haveria o risco de divisão no movimento sindical. O Diap é uma entidade com 12 funcionários e sede em Brasília, fundada com apoio das nove confederações de trabalhadores do sindicalismo oficial brasileiro, mais a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e CGT (Central Geral dos Trabalhadores). A idéia de lançar o *Quem foi Quem* ocorreu em um momento em que os líderes sindicais optavam por mudar as suas táticas de pressão sobre os constituintes. Os sindicatos deixaram de lado as grandes concentrações nos gramados em frente ao Congresso e passaram a atuar na base eleitoral dos parlamentares. Essa estratégia, garante Ulisses Riedel de Resende, "é mais eficaz". Um levantamento feito pelo Diap mostra que dos 93 membros da Sistematização, 40 seriam "progressistas", 35 "conservadores", 14 "liberais" e quatro de "posição desconhecida". Trinta foram da Arena, 33 do PMDB e 30 não eram filiados a nenhum desses partidos. Para "uso interno", segundo Resende, o Diap preparou também um perfil político de toda a Comissão de Sistematização, destinado especialmente aos dirigentes sindicais. Neste perfil, por exemplo, o presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) aparece como "fundador e líder da conservadora UDN", mas que "adota agora posições mais liberais". O perfil realça a atuação do relator Bernardo Cabral quando era presidente da OAB durante o episódio do Riocentro, acrescentando que o deputado "optou pelo trabalho dos relatores-adjuntos, liderados por Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), mais progressista e de maior interesse para a classe trabalhadora". Sobre Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, o perfil diz que ele "está envolvido em todas as questões conservadoras". Sobre o deputado Francisco Dornelles (PFL-

RJ) o trabalho afirma que ele foi convidado para secretário do governador Moreira Franco, "mas preferiu ser estrela Constituinte". (JB - 27/9/87)

APOSENTADOS FAZEM MANIFESTAÇÃO POR POLÍTICA SALARIAL

Associações de aposentados de quinze Estados reuniram, ontem em Brasília, aproximadamente quinhentos associados para levar suas propostas ao Congresso constituinte: adoção de uma política salarial única para trabalhadores ativos e aposentados, re-composição dos benefícios aos valores reais praticados na data da concessão e ainda mudança na forma de cálculo dos benefícios. O relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), comprometeu-se em apoiar a inclusão das duas primeiras reivindicações no relatório final da Comissão. Segundo Cabral, será retirado ainda de seu substitutivo o parágrafo único do artigo 64 das Disposições Transitórias, que determina um prazo de até cinco anos para execução dos reajustes e das recomposições estabelecidas no texto constitucional. Embora o relator da Comissão de Sistematização não tenha se comprometido em incluir no relatório final a mudança nos cálculos das aposentadorias, as lideranças partidárias assinaram uma emenda coletiva apresentada pelo deputado Eduardo Jorge (PT-SP), que estabelece o cálculo dos benefícios com base nas contribuições dos últimos doze meses. Atualmente, as aposentadorias são calculadas com base nos últimos 36 meses de contribuição. "Tudo dependerá do plenário. É preciso que os aposentados se mobilizem para garantir seus direitos", disse Cabral. (FSP - 29/9/87)

D. LUCIANO CRITICA DISCUSSÃO SOBRE SISTEMA DE GOVERNO

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luciano Men-

des de Almeida, disse ontem que lamenta que a escolha do regime de governo pelo Congresso constituinte "consagre tanto tempo e tanto papel" quando o povo está exigindo reformas urgentes. Ele afirmou que qualquer que seja o regime adotado,

presidencialismo ou parlamentarismo, se assumido "por pessoas competentes e respeitadoras da democracia podem, com as respectivas limitações, serem úteis historicamente ao país". Ele afirmou que mais importante do que a definição do regime de governo é a necessidade de um programa integrado de habitação, alimentação, atendimento de saúde e educação. D. Luciano disse que é fundamental também que haja uma revisão do sistema de trabalho e salário, diminuindo a diferença entre o maior e o menor salário. Entretanto, observou que para a Igreja as reformas agrária e urbana são questões mais relevantes. (FSP - 25/9/87)

Trabalhadores Urbanos

SOLDADOS FEREM 16 GREVISTAS EM ITAIPU

Dezesseis pessoas ficaram feridas, uma delas com o pulmão perfurado por baioneta, em consequência da ação de soldados do Exército contra grevistas do canteiro de obras de Itaipu, informou o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Foz do Iguaçu. Tão logo decidiram entrar em greve, domingo à noite, operários viram as áreas de Itaipu e Vila C - onde moram com suas famílias - serem ocupadas por Urutus, Cascavel, metralhadoras de tripé, além de um efetivo de 750 homens do 34º batalhão de Foz do Iguaçu. O Assessor de relações públicas de Itaipu, Luis Guilherme Siqueira, admitiu que foi a direção da empresa que chamou o Exército para intervir. No entanto, ele negou que as áreas de Itaipu estivessem ocupadas por soldados e disse que apenas cinco pessoas

ficaram feridas com escoriações leves, causadas por "tropeções". Segundo o advogado do sindicato, Wilson Ramos Filho, o clima em Itaipu, ontem, era de guerra. Ele afirmou que 90% dos 8 mil trabalhadores estavam paralisados e que o Exército estava impedindo a realização da assembléia, inclusive proibindo a entrada de dirigentes sindicais na área. Disse ainda que outras três categorias que trabalham em Itaipu - eletricitários, motoristas e funcionários do hospital - também podem parar. Os trabalhadores do canteiro de obras decidiram entrar em greve porque os consórcios de empreiteiras representados pela Unicon e Itamon, das quais fazem parte a Mendes Junior, CBPO, Camargo Correa, Tenenge e Odebrecht, não aceitaram a reivindicação de 40% de reposição salarial. Na reunião de ontem à tarde, entre grevistas e patrões, os trabalhadores apresentaram uma contraproposta de redução da jornada de trabalho e garantia no emprego de 180 dias, que também não foi aceita. Hoje, os representantes das empreiteiras entram na Justiça, em Curitiba, com pedido de julgamento de dissídio coletivo. Ontem à tarde, em Curitiba, 16 sindicatos e a CUT formaram um comitê de solidariedade aos trabalhadores em greve. Eles enviaram uma série de telegramas e telex contra a intervenção do Exército no movimento grevista. A denúncia também foi feita na Assembléia Legislativa do Estado e na Câmara Federal, através de deputados do PMDB e PT. (JB - 29/9/87)

BANCÁRIOS DE SP SUSPENDEM A PARALISAÇÃO

A 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP) concedeu ontem à tarde um reajuste global de 56,57%, ao julgar o dissídio coletivo dos bancários de São Paulo (capital), mas eliminou os pisos salariais que tradicionalmente eram negociados em acordos coletivos ou estipulados em sentença normativa. A decisão colocou

os representantes dos bancos e dos bancários diante de um impasse e, antes do término do julgamento eles improvisaram uma reunião nos corredores do TRT para discutir a possibilidade de prosseguirem as negociações em busca de um acordo que supere os pontos negativos que cada lado identificou na sentença. A noite, em assembléia, foi decidida a suspensão da greve marcada para hoje e convocada nova assembléia esta noite, para avaliar o resultado da reunião que terão com os banqueiros à tarde. (FSP - 29/9/87)

BANCÁRIOS DO RJ ENTRAM EM GREVE

Em assembléia realizada ontem, 1.750 bancários do município do Rio de Janeiro decidiram entrar em greve a partir da zero hora de hoje, reivindicando 102% de aumento salarial. Segundo o presidente do sindicato dos bancários, Ronaldo Barata, dos 78 mil bancários do município só 15 mil - os empregados do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, e do Banco da Amazônia - não estarão em greve, porque as instituições já firmaram, ou estão negociando acordo em separado. Ontem à tarde, numa última tentativa de evitar a greve, o presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio, Theóphilo de Azeredo Santos, reuniu-se com representantes dos bancários do Rio e de cidades do interior do Estado. O representante dos bancos não apresentou proposta nova, além dos 14,8% já propostos pela Federação Brasileira de Bancos. (FSP - 29/9/87)

SINDICATO DOS METALÚRGICOS PEDE CONCESSÃO DE RÁDIO

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, será recebido hoje, às 11h30, pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, em Brasília, para formalizar pedido de concessão de rádio para o sindicato. O departamento de

Imprensa do sindicato edita um jornal tablóide - a Tribuna Metalúrgica, criada em 1978, com tiragem média de 40 mil exemplares - e produz programas para transmissão em circuito interno de televisão, pela TV dos Trabalhadores. (FSP - 29/9/87)

PETROLEIROS LIGADOS À CUT AMEAÇAM PARAR POR 24 HORAS

Os quatro sindicatos de petroleiros que seguem a orientação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) - Mauá, Paraná, Paulínia e São José dos Campos - anunciaram ontem que os seis mil trabalhadores dessas áreas devem parar por 24 horas amanhã, para forçar a Petrobrás a apresentar uma nova contraproposta salarial. Os petroleiros reivindicam 44,5% de reajuste, mais 5,7% de produtividade, além de correções escalonadas de até 14,7% para repor as diferenças de um aumento diferenciado que a Petrobrás concedeu no início do ano. A empresa ofereceu até agora um reajuste de 14,8% e entrou com o pedido de dissídio coletivo junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). A audiência de conciliação está prevista também para amanhã. (FSP - 29/9/87)

PREVIDÊNCIA REABRE NEGOCIAÇÕES COM GREVISTAS

O Ministério da Previdência reabriu ontem o canal de negociação com os previdenciários em greve há treze dias e já apresentou uma contraproposta para o fim da paralisação: um empréstimo no valor de um salário a ser pago em duas parcelas a partir de outubro. A forma de ressarcimento será definida pelo Congresso durante a discussão do plano de carreira da Previdência a ser apresentado às lideranças partidárias no próximo dia 30. Mais 55 exonerações foram registradas ontem no Rio Grande do Norte, subindo para 74 o número de punições durante a paralisação. Hoje, os previdenciários reúnem com o secretário-

rio-geral da Previdência, Carlos Sabóia Monte, para analisar a proposta e pedir ainda a readmissão dos funcionários exonerados e demitidos. Na última semana, a Previdência havia proposto aos servidores antecipação salarial, que seria incorporada ao plano de carreira, a ser paga em quatro parcelas mensais. Os previdenciários tomaram a proposta por um empréstimo que não tendia às reivindicações nas discussões do plano de carreira, reposição de 96,4% das perdas salariais ocorridas desde janeiro de 1986 e um piso salarial de Cz\$ 15 mil. O ministro da Previdência diz que só remeterá ao Congresso Nacional para votação, e não menciona as reivindicações dos servidores. Na avaliação da Previdência, a greve diminuiu no último fim de semana com aproximadamente 40% dos serviços paralisados em todo o país. Porém, os grevistas calculam uma paralisação de 205 mil dos 235 mil funcionários que compõem a Previdência, representando uma adesão de aproximadamente 95% da categoria. (FSP - 29/9/87)

CGT-ABC COMEÇA A DISTRIBUIR SEU JORNAL

Começam a circular nas ruas do ABC quinhentos mil exemplares do "Informativo CGT", marcando efetivamente a chegada da Central Geral dos Trabalhadores à região. Em seu primeiro número, o informativo (quatro páginas, tamanho ofício, impresso em papel "off-set") critica a partidarização sindical e encarando de frente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que até aqui tinha hegemonia junto aos trabalhadores do maior parque industrial da América Latina. Enilson Simões de Moura, o "Alemão", critica abertamente a CUT, afirmando que "sua partidarização sindical provoca confusão e desânimo" nos trabalhadores. Presidente eleito da CGT-ABC por 520 delegados, em chapa de consenso, disse que até o final da próxima semana terá definido a locação de um prédio

para instalar a sede em Santo André (sudeste da Grande São Paulo). Já o presidente da CUT-ABC, João Avemileno, disse que se a CGT chegar na região para ajudar na organização e unificação dos trabalhadores "será bem-vinda". Mas, pessoalmente, duvida de tais intenções, pelos sindicatos "imobilistas e fraudulentos" que a compõem. (FSP - 29/9/87)

CNI E CENTRAIS SINDICAIS NÃO CONSEGUEM UM ACORDO

Contrastando com todo o otimismo do senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional das Indústrias, o presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Jair Meneguelli, resumiu em uma frase o segundo encontro de empresários e trabalhadores, realizado ontem, na sede da CNI, no Rio: "Foi mais uma reunião. Saio dela sem qualquer proposta a ser levada à classe trabalhadora". A reunião serviu para demonstrar, mais uma vez, que empresários e trabalhadores continuam distanciados nos seus interesses. Em documento distribuído à imprensa, a CNI fala da necessidade de "sacrifício das duas partes". Os trabalhadores, pelo que Meneguelli reafirmou, "não têm mais nada a ceder". Meneguelli, Joaquim dos Santos Andrade, da CGT, e José Calixto, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, deixaram claro que só participarão do Grupo de Trabalho proposto pelo presidente da CNI "caso sintam nos empresários firme propósito em favor de alguns posicionamentos reivindicados pelos trabalhadores". É nestes posicionamentos que reside a maior diferença entre trabalhadores e empresários. Segundo o presidente da CUT, é indispensável discutir-se: a reposição das perdas salariais ocorridas entre março de 1986 e setembro deste ano, calculada pelo Dieese em 50%; a redução da jornada de trabalho para 40 horas, ainda que em um prazo de 2 anos; elevação, urgente, do salário mínimo; e a ins-

tituição de garantias de e no emprego, para conter a rotatividade da mão-de-obra. (JB - 23/9/87)

Trabalhadores Rurais

PM ESPANCA CANAVIEIROS EM GREVE EM PERNAMBUCO

Presos e espancados por soldados da PM de Pernambuco que, armados de fuzis, tentaram obrigá-los a trabalhar, mesmo sabendo que eles estavam em greve, os trabalhadores rurais José Joaquim da Silva e Francisco Antão Barbosa foram libertados no início da noite de ontem e levados para exame no Instituto de Medicina Legal, por determinação do secretário de Segurança Pública, general Evilásio Gondim. Esse foi o incidente mais grave ocorrido no segundo dia de greve dos canavieiros que, em todo o estado, paralisa 350 mil trabalhadores rurais. Eles reivindicam piso salarial de Cz\$ 6.300,00, redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas e estabilidade para gestantes, além de mais 51 itens que regulam todas as tarefas no campo. A greve continua hoje porque até agora patrões e empregados só acertaram quatro das 54 reivindicações feitas pelos canavieiros. O segundo dia da greve de canavieiros levou a PM e até a Polícia Federal a percorrer toda a Zona da Mata do Estado - norte e sul - para garantir grevistas e proprietários, mas os incidentes foram muitos. Além da prisão dos dois canavieiros, em Jaboatão o administrador do engenho Caxito, conhecido apenas como Luciano, fez ameaças aos integrantes da diretoria do sindicato rural que estavam no engenho. Em Ribeirão, o sr. Veras, proprietário do engenho Alexandria, tentou obrigar os trabalhadores a subir no caminhão para ir cortar cana. Em Goiana, o arrendatário do engenho Diamante, Pessoa

de Melo, expulsou a diretoria do sindicato rural do município e, no engenho Tapi-ricira II, o proprietário, Fernando Antonio, ameaçou com armas trabalhadores e membros do sindicato, dizendo que mandaria "bala nos agitadores" caso eles continuassem no engenho. Em Vivência, um grupo de homens não identificados ameaçou o tesoureiro do sindicato no engenho Surua-gi. (JB - 23/9/87)

CANAVIETROS DE PERNAMBUCO FAZEM ACORDO

Usineiros, plantadores de cana e canavieiros de Pernambuco chegaram a um acordo ontem, em Recife, durante a sessão de conciliação, às 15h30, que antecedeu ao julgamento do dissídio da categoria, no Tribunal Regional do Trabalho, colocando fim à greve que durou oito dias. Os empregados ofereceram piso salarial de Cz\$ 4.100,00, aceito pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), que reivindicava Cz\$ 6.300,00. O acordo foi possível após quinze horas de negociação sob a mediação do delegado regional do Trabalho, Gentil Mendonça. Declarando-se contrário à concessão de piso salarial de Cz\$ 4.100,00, o presidente do Sindicato dos Plantadores de Cana, Gérson Carneiro Leão, afirmou que somente assinaria o acordo mediante o compromisso, assumido pelo governador do Estado, Miguel Arraes, de interceder junto ao governo federal para o reajuste do preço da cana.

Usineiros e plantadores reivindicam reajuste de 56%. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, falando por telefone de Brasília, comprometeu-se também a interceder junto ao Ministério da Fazenda para que seja concedido o aumento do preço da cana. O acordo entre empregadores e trabalhadores rurais tem, além do estabelecimento do novo piso salarial, garantia de emprego durante doze meses para o delegado sindical, de que o piso salarial estará sempre 10% acima do salário mínimo,

repete a tabela de preços de tarefas está belecida em 1986, garante o salário-doença e a estabilidade para a gestante. (FSP - 29/9/87)

GREVE DE CANAVIETROS REGISTRA UM MORTO NO 1º DIA EM ALAGOAS

Um morto e cerca de 30 presos é o saldo do primeiro dia de greve dos canavieiros de Alagoas, decretada à zero hora de domingo. A paralisação surpreendeu o delegado do regional do Trabalho, José Pedrosa, que havia marcado para as 15h de hoje a primeira audiência entre patrões e empregados, quando iria funcionar como mediador na tentativa de fechar o acordo salarial da categoria. O morto é o canavieiro José Cosme, que, segundo o presidente da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), Luís Osmino dos Santos, fazia piquete para impedir o corte da cana e discutiu com o administrador da fazenda Cabugi, em União dos Palmares, sendo assassinado. A fazenda pertence ao empresário João Lyra, candidato a senador, derrotado, pelo PMDB. Os canavieiros querem um piso de Cz\$ 6 mil 400 - atualmente é de Cz\$ 2 mil 100 -, melhores condições de trabalho e transporte com segurança. Os fazendeiros e usineiros transportam os canavieiros em Julietas, como são conhecidos os gaiolões para carregar cana. Segundo o levantamento da Fetag, pelo menos 30 canavieiros morrem de acidente por safra. O presidente da Fetag denunciou que a polícia está reprimindo com violência e, atuando ao lado dos patrões, passou a perseguir os dirigentes sindicais. Existem em Alagoas cerca de 300 mil canavieiros, 80% dos quais são bóias-frias recrutados nas feiras do interior, no Agreste e no Sertão, e que são conhecidos como corumbas porque não são fixos. Esse pessoal vive em situação subumana, mora em galpões imundos e se alimenta de farinha seca e sardinha. Não tem assistência médica e o dinheiro da semana é quase todo compromete-

tido com os barracões (armazéns) instalados nas fazendas. A Fetag vem denunciando esta situação e conseguiu do governador Fernando Collor um decreto proibindo o transporte de trabalhadores em gaiolões. Os fazendeiros alegaram que não podem cumpri-lo agora, porque teriam de desmobilizar uma viatura do transporte de cana só para o trabalho de transportar gente. O presidente da Asplana, pediu prazo até a próxima safra para atender o governo. (JB - 29/9/87)

Índios

SARNEY ASSINOU ATESTADO DE ÓBITO DOS INDÍGENAS, AFIRMA COORDENADOR

"Um verdadeiro atestado de óbito", é como o coordenador nacional da União das Nações Indígenas (UNI), Ailton Krenak, definiu o Decreto 99.946, publicado na quinta-feira no Diário Oficial. O decreto divide as terras ocupadas pelos índios em duas categorias: área indígena - quando ocupada por aqueles "não aculturados ou em incipiente processo de aculturação", e colônia indígena - por aqueles "aculturados ou em adiantado processo de aculturação". Os critérios para avaliação desse grau de aculturação serão fixados pela Funai.

É um decreto absolutamente inconstitucional - protesta o assessor jurídico do Conselho Indígena Missionário (Cimi), Júlio Gaiger. "Nenhuma lei pode criar uma distinção entre índios e índios que a própria Constituição não prevê", afirma. Na verdade, mais do que a inconstitucionalidade, o que preocupa UNI e Cimi são os efeitos práticos desse decreto.

Uma das preocupações se refere à possibilidade de a Funai reabilitar os critérios biológicos "fascistas" para se definir o "grau de pureza" dos indígenas - como fez na década de 70, por inspiração de seu então diretor de Planejamento Comunitário, coronel Ivan Hauzsen -, já que, como

observa Gaiger, "o índio não deixa de ser índio por usar relógio". "Naquela época", lembra Ailton Krenak, "para ser considerado puro, o índio tinha que ter sangue O positivo e uma tal mancha mongólica nas nádegas".

Aculturação

Para as entidades indigenistas, a criação da figura da "colônia indígena", cabendo à Funai "coordenar as ações dos diferentes órgãos governamentais que visem ao desenvolvimento do silvícola e à sua integração progressiva", tem dois objetivos: "fazer com que o índio vire branco, o que é um absurdo, pois, em vez de forçá-lo a se desindianizar com essa integração progressiva, deveria se lutar pela preservação de sua cultura", como analisa Gaiger, e reduzir o seu território.

- A medida em que se impõe ao índio - tradicionalmente nômade ou seminômade - um modo de produção estranho à sua cultura, fixando-se em torno de um projeto agrícola, por exemplo, o que se espera com isso é que ele passe a viver em áreas cada vez menores, liberando suas terras para outros interesses econômicos - afirma o assessor jurídico do Cimi.

Para Ailton Krenak, as conseqüências da transformação do índio em colono serão sombrias. "Esse decreto vai criar milhares de sem-terra, destribalizados, analfabetos e descaracterizados econômica, social e culturalmente", diz. Segundo estimativas da UNI, cerca de 60% dos índios brasileiros, "aqueles que não conseguiram escapar das frentes de atração da Funai", incluem-se nesse quadro.

Mais críticas

O líder indígena criticou também outro decreto presidencial (nº 99.945) publicado no mesmo dia, que entre outras coisas assegura o assento na equipe técnica que

analisa as demarcações de terras indígenas do Conselho de Segurança Nacional (quando se tratar de área de fronteira) e de órgãos estaduais e municipais. E é a inclusão desses últimos no chamado grupão (do qual fazem parte ainda a Funai, o Ministério do Interior, o Mirad e o Incra) que preocupa Ailton Krenak.

- Isso pode inviabilizar toda e qualquer demarcação no país, já que historicamente a administração pública federal sempre teve sérios atritos com as administrações estaduais e municipais que não querem a demarcação de terras indígenas por entender que elas prejudicam o desenvolvimento de suas regiões. Assim, é o mesmo que incluir a UDR no grupo do Mirad e do Incra, que vai definir a política de assentamento - afirma Krenak.

Ailton Krenak atacou também o parágrafo 4º do artigo 2º desse mesmo decreto, que delega à Funai a proposição das demarcações ou grupão, levando em conta, entre outros itens, a existência de benfeitorias e de projetos oficiais na área. "A ocupação indígena não se define por benfeitorias. O índio não constrói celeiros, ferrovias ou usinas hidrelétricas, não desmata para estabelecer projetos agrícolas. (JB - 28/9/87)

CONAGE AVALIA MINERAÇÃO EM TERRA INDÍGENA

O presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage), Wanderlino Teixeira de Carvalho, manifestou-se ontem preocupado com os rumos da Constituição, que está sendo preparada, na questão referente à mineração em terras indígenas. O dispositivo do relator Bernardo Cabral prevê que em terras indígenas poderá haver exploração mineral, desde que parte dos resultados das lavras seja revertida no benefício da comunidade. A Conage e outras entidades defensoras da causa indígena, entendem que a mineração nessas terras só deve ocorrer em casos em que o País não dispuser de outras alternativas do bem mineral

específico e que ele seja imprescindível para o consumo interno, e que nestes casos, a pesquisa e a lavra sejam privilégios exclusivos da União. Wanderlino Teixeira lembra que, por natureza a empresa privada tem como objetivo fundamental o lucro. E que por isso não seriam feitos investimentos pesados no sentido da proteção da cultura indígena e do meio-ambiente. Salienta, que caso a mineração destas áreas seja feita pela União (que não tem interesses empresariais), os investimentos em termos de preservar a cultura indígena seriam feitos. Denunciou o presidente da Conage que lobbies das mineradoras vêm divulgando na grande imprensa que nas terras indígenas existem bens minerais avaliados em US\$ 40 bilhões. Wanderlino disse que a entidade que representa e outras do setor refutam estes dados por

não terem a mínima base científica. Disse que a avaliação de quanto valem os bens minerais exigem sofisticados estudos científicos e tecnológicos que não foram, ainda, realizados em terras indígenas. Por isso ele acha que "estes dados são falsos e estão sendo veiculados exclusivamente no sentido de enganar a opinião pública e os constituintes". Afirma que o existente nas áreas indígenas são perspectivas geológicas, e isto é diferente entre potencial e jazida avaliada. No Brasil, nas terras indígenas, de acordo com levantamentos básicos do próprio Governo, existem basicamente, garimpos de ouro e cassiterita, mas cujos alvarás de pesquisas, de acordo com o Ministério de Minas e Energia, estão suspensos, e portanto impedidos de serem pesquisados ou explorados. (O POPULAR/GO - 30/8/87)

ÍNDIO LIBERTA REFÉM SE PUDER TIRAR MADEIRA

Os 600 índios guajajaras da aldeia do Posto Funil, em Amarante, a 600 quilômetros desta capital, mantêm presos desde segunda-feira três funcionários da Funai e

dois motoristas de caminhão, exigindo que seja autorizada a exploração das madeiras de lei, como ipê e jacarandá, em suas terras. De acordo com o administrador da Funai em São Luís, Pedro Marizê, os índios, que estão sendo incitados por madeiras, prenderam o chefe do Funil, Wagner Sales Tamm; o motorista Raimundo de Carvalho; e o chefe do setor de desenvolvimento econômico do posto, Francisco Acácio, além dos dois caminhoneiros, não identificados, que iam buscar madeira na região. Na semana passada, os guajajaras, da reserva de Bacurizinho, na mesma área perto de Imperatriz, centro madeireiro do Maranhão, apresentaram à Funai a mesma reivindicação dos índios do Posto Funil. A Funai alega que não pode atender aos guajajaras porque não existe nenhum projeto para a exploração da madeira nas suas reservas. Em Imperatriz, o administrador da Funai, José Pedro Freire, disse que a situação é tensa, porque os índios dizem que só libertarão os reféns quando forem autorizados a extrair madeira de suas terras. (JB - 23/9/87)

SEQUESTRADO VIAJA HOJE PARA CUIABÁ

Estava prevista para a madrugada de hoje a chegada a esta capital do topógrafo da Funai Arnold Luytem, tomado como refém, no fim de semana, pelos índios canoieiros, da reserva de Japuira, no município de São José do Rio Claro (meio-norte do estado) por ter interrompido o trabalho de demarcação da área indígena. A interrupção da demarcação foi determinada no final do ano passado pelo juiz Murat Valadares, da 7ª Vara Federal de Brasília, acatando medida cautelar impetrada pela Agropecuária São Marcos S.A., que representa os interesses de vários fazendeiros da região. A medida cautelar só foi utilizada agora porque os trabalhos de demarcação ficaram interrompidos durante todo o período das

chuvas, recomeçando há duas semanas. Ontem, a assessoria de imprensa da Funai garantiu que o incidente estava totalmente superado. O Cimi (Conselho Indigenista Missionário) informou que, junto com o topógrafo, viajaria para Cuiabá um grupo de canoieiros, liderado pelo cacique Albano, para reiniciar as negociações com a 2ª Superintendência da Funai para que recomece a demarcação. Os canoieiros, segundo o Cimi, estão descontentes porque sequer foram recebidos pelo superintendente Eraldo Fernandes da Silva, sendo atendidos pelo seu chefe de gabinete. (JB - 23/9/87)

GUAJAJARAS EM PAZ

A Funai conseguiu afinal chegar a um acordo com os índios guajajaras, que desde domingo mantinham presos 48 reféns, sendo três funcionários da fundação. Os 600 índios apresentaram uma série de reivindicações, sobretudo que a Funai anule a proibição de comercialização da madeira existente na reserva. Agora, pelo acordo, os índios voltarão a vender madeira, sob fiscalização da Funai e do IBDF, para que não haja depredação da reserva. Também foi acertada a liberação da madeira já cortada. (ESP - 25/9/87)

CONFLITO ENTRE ÍNDIOS NO PARÁ ACABA EM MORTES

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, autorizou, ontem, a liberação de recursos especiais para o atendimento - em caráter emergencial - de dois postos indígenas situados no Pará onde um conflito entre índios contatados e isolados resultou em um número ainda não definido de mortos, na tarde de anteontem. Um grupo de indígenas do posto Xikrim do Cateté, da administração regional de Marabá, em incursão pela selva encontrou índios isolados a 400 quilômetros de Marabá. Atacados pelos índios isolados, os Xikrim revidaram e aprisionaram vários deles. Segundo informações chegadas à Funai em Brasília houve mortes no

conflito mas o levantamento da situação somente poderá ser feito a partir de hoje pelo sertanista Sidney Possuelo, chefe de coordenadoria de índios isolados, que à noite se deslocavam para a região. Possui lo informou ao presidente Romero Jucá Filho que os Xikrim ameaçam retornar ao local do conflito e solicitou a liberação de verbas para a formação de uma expedição visando evitar o agravamento da situação. O chefe da coordenadoria de índios isolados em sua viagem cuidará, também, da libertação dos indígenas aprisionados. Em seu despacho, o presidente da Fundação Nacional do Índio autorizou que seja colocado à disposição da expedição um avião da frota da Funai - prefixo PT-FAP - que sairá de Marabá. Os Xikrim somam cerca de 100 índios, só no posto Cateté e já tem suas terras demarcadas. Também ontem, Jucá Filho foi informado de que outros índios isolados voltaram a manter contatos com os funcionários do posto de contato situado as margens do Rio Iriri. Dezenove silvícolas lá estiveram mais regulares. Face a essa situação, a fundação liberou recursos para que o posto seja reabastecido porque os trabalhos não podem sofrer interrupção. Agora, será providenciada a compra de diversos gêneros alimentícios, além de combustível para gerar energia elétrica. Após tratar dos Xikrim, o chefe da coordenadoria de índios isolados se deslocará até às margens do Rio Iriri para acompanhar os futuros contatos dos índios arredios com os funcionários do posto indígena. (O ESTADO DO PARANÁ/PR - 16/9/87)

Igrejas

SOLIDARIEDADE AO PADRE RICARDO

O companheiro Pe. Ricardo Resende, coordenador da CPT/Araguaia-Tocantins e mais

65 pessoas estão sendo ameaçados de morte, noticiado inclusive pela Emissora de Rádio local. No dia 15 pp. o "Estadão" publicou acusações improcedentes sobre a atuação do Pe. Ricardo junto aos camponeses da região, a partir da declaração do juiz de direito Eronilde Souza Prisco.

Solicitação

É necessário e muito importante que todas as entidades e pessoas da rede do SIN enviem telegramas ou cartas aos endereços abaixo, denunciando e pedindo garantias.

- Juiz da Comarca de Conceição do Araguaia
Eronides Souza Prisco
68940 - Conceição do Araguaia - PA
**Repudiar as acusações improcedentes.
Exigir averiguação das mortes e garantia de vida às 65 pessoas ameaçadas.**
- Corregedoria de Belém
Praça Felipe Patroni, 35
66000 - Belém - PA
Protesto pela emissão de pré-julgamento do juiz Eronildes e solicitar punição.
- Presidente da República
José Sarney
Palácio do Planalto
70000 - Brasília - DF
- Ministro da Justiça
Paulo Brossard
Esplanada dos Ministérios
70000 - Brasília - DF
Enviar cópia dos telegramas ao denunciante.

Denunciante:

CPT Araguaia-Tocantins

Caixa Postal 21

68940 - Conceição do Araguaia - PA